

## **PARECER Nº 24/2020**

**Processo:** Projeto de lei nº 19/2020, protocolado sob nº 359, na data de 30/07/2020.

**Ementa:** "Dispõe sobre a obrigatoriedade do Município de Bariri a prestar informações semanais a respeito das receitas e despesas com a pandemia do COVID-19 e dá outras providências".

**Autoria:** Vereador Francisco Leandro Gonzalez.

**Interessados:** Senhores Vereadores.

### **I - RELATÓRIO**

Trata-se de consulta acerca da constitucionalidade e da legalidade da propositura de nº 19/2020, que traz obrigações ao Poder Executivo no tocante à prestação de contas no combate a COVID-19.

Após ter sido regularmente apresentado e instruído, foi encaminhado a este Procurador Jurídico para a elaboração de parecer jurídico, o qual não detém caráter vinculante<sup>1</sup>.

### **II - FUNDAMENTAÇÃO**

#### *a) Da competência legislativa.*

No que toca à competência para legislar, consigno não haver vício de constitucionalidade, vez que matéria *sub examen* pode ser trabalhada na instância municipal em razão do interesse local, tal prescreve o art. 30, inciso I da Constituição Federal vigente, com esteio no princípio do interesse predominante.

#### *b) Da iniciativa da propositura.*





Não observo, da perspectiva formal, qualquer laivo de inconstitucionalidade, pois um Vereador poderia, em tese, criar um projeto de lei deste caráter.

*c) Da inconstitucionalidade material.*

A função fiscalizadora do Poder Legislativo é primordial à manutenção de um regime republicano, pois auxilia a evitar que particulares, na condição de agente público, assenheorem-se do erário por meio de atos de corrupção. Nesse sentido, o Brasil é pleno de normas que visam a facilitar a atuação fiscalizadora, especialmente externa, capitaneada tanto pelas Casas de Leis, quanto pelo Tribunais de Conta Estaduais e da União.

Todavia, em um Estado Democrático de Direito, todo poder, por maior relevância que ostente, deve ser passível de controle. Logo, cabe à Constituição Federal e Estadual, além da Lei Orgânica dos Municípios, estabelecer fronteiras à atuação parlamentar no papel fiscalizatório, a fim de se observar o princípio da separação dos poderes.

A Constituição Federal de 1988 traz as balizas acerca da função fiscalizatória, as quais são reproduzidas abaixo:

*Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.*

*Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária.*

Além disso, é sabido que o Poder Legislativo pode constituir comissões temporárias para investigar aspecto mais específico, convocar autoridades para apresentarem explicações sobre determinado assunto, bem como enviar requerimentos, moções e indicações ao Poder





Executivo. Estas são, a bem dizer, as “armas” do Poder Legislativo, sem falar na atuação dos Tribunais de Contas espalhados por todo o território nacional.

A Lei Orgânica do Município, em seu artigo 9º, dispõe acerca dos referidos instrumentos. Ei-los:

**Art. 9º-** *Competem à Câmara, privativamente, as seguintes atribuições, entre outras:*

**VIII-** *tomar e julgar as contas do Prefeito e da Mesa, após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, observados os seguintes preceitos: (EMENDA - 07/93)*

*a) o parecer somente poderá ser rejeitado por decisão de dois terços dos membros da Câmara;*

*b) rejeitadas as contas, serão imediatamente remetidas ao Ministério Público para os devidos fins.*

**IX-** *fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração descentralizada;*

**X-** *convocar, por si ou qualquer de suas Comissões, secretários do Município, dirigentes de entidades da administração direta e das empresas públicas, para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados, importando em crime de responsabilidade ou desobediência a ausência sem justificativa;*

**XI-** *requisitar informações aos órgãos do Município sobre assunto relacionado com sua pasta, importando em crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de 10 (dez) dias úteis, bem como o fornecimento de informações falsas;*

**XIII-** *autorizar ou aprovar convênios, acordos ou contratos a serem celebrados pela Prefeitura com os Governos Federal, Estadual ou de outro Município, entidades de direito público ou privado e particulares;*

**XIV-** *zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa de outro poder;*

**XV-** *criar comissões especiais de inquérito sobre fato determinado que se inclua na competência municipal, sempre que requerer, pelo menos, um terço de seus membros;*

**XVI-** *julgar os Vereadores, o Prefeito e o Vice-Prefeito;*

**XVII-** *conceder título de cidadão honorário a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços ao Município, mediante decreto legislativo, aprovado pelo voto de, no mínimo, dois terços de seus membros; (Emenda nº 20/2003)*

**XVIII-** *exercer, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.*

Nesse aspecto, doutrina e jurisprudência são uníssonas em afirmar que os poderes de fiscalização dos Vereadores são aqueles



previstos no texto constitucional e reproduzidos nas leis orgânicas, sem possibilidade de se acrescentar ou extrair. É o que afirma, por exemplo, José Nilo de Castro, para quem:

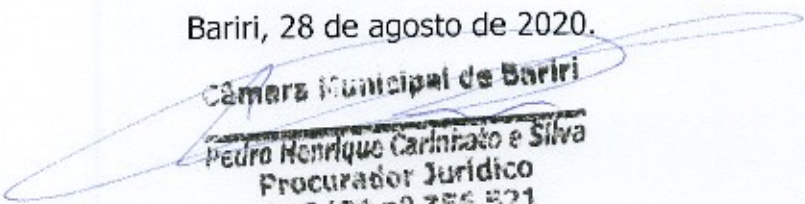
*"Não é, por outro lado, permitido à Câmara Municipal, poder detentor da função fundamental de fiscalização orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do Município, ficar instituindo, aqui e alhures, mecanismos de controle outros que os previstos na Constituição Federal, reproduzidos na Estadual e inseridos na Lei Orgânica. Quer dizer: não se admite, e se repele, enfaticamente, porque o regime constitucional não elenca a hipótese, são os gestos e iniciativas da Câmara Municipal, com feição e perfil de permanente devassa, no Executivo, operada pelo legislativo. Tanto o princípio da independência dos poderes, quanto a sistemática do controle externo com a participação obrigatória do Tribunal de Contas ou Conselho de Contas Municipais. (...) Com efeito, nem os Estados-membros têm o poder de instituir outros mecanismos de controle da ação dos poderes no âmbito regional, e, com maior razão ainda os Municípios. Porquanto, não é despiciendo repetir, a Constituição Federal é a cada poder e onde são delineados os instrumentos que se integram no sistema de freios e contrapesos, mediante o qual um poder limita a ação do outro. **Porque não há regra paradigmática a respeito, na Constituição da República, é que se revela à Câmara Municipal impossível juridicamente estabelecer outros mecanismos de fiscalização senão os já previstos na vigente ordem constitucional**"<sup>1</sup> (negritei).*

### **III - CONCLUSÃO**

Ante as razões consignadas, avalio que a proposta em análise é ilegal.

É o parecer, *sub censura*.

Bariri, 28 de agosto de 2020.

  
Câmara Municipal de Bariri  
Pedro Henrique Carlinato e Silva  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 356.521

<sup>1</sup> CASTRO, José N. *Direito Municipal Positivo*. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 1991, p. 97-98.